

O pensamento económico de Basílio Teles (1856-1923) – algumas notas de leitura

António Almodovar
(CEMPRE/FEUP)

1. Com o exagero retórico que muitas vezes utilizava, Schumpeter declarou na sua *História da Análise Económica* que o que lhe interessava rastrear e recolher nos textos do passado era a *forma* como os economistas pensavam, e não aquilo que pensavam. A sua abordagem pretendia assim enfatizar a importância dos aspectos lógicos e conceptuais característicos da reflexão científica sobre a realidade económica, obviamente em detrimento de todo um outro conjunto de abordagens que poderiam ser feitas sobre essa mesma realidade.

Mais do que discutir as idiosincrasias de Schumpeter, importa aqui reter a ideia de que existem formas características – e consequentemente outras atípicas – para construir e pensar uma qualquer realidade. A identificação destas formas, que naturalmente se transformam ao longo do tempo, facilitam-nos em muitos casos o reconhecimento da pertença disciplinar de um autor. É assim que a preocupação com as possibilidades de progresso e de desenvolvimento da civilização, quando vista através de uma análise que enfatiza o crescimento dos bens materiais e a distribuição do rendimento nos permite falar do pensamento económico clássico; é assim que a passagem para uma análise que tenta separar as considerações económicas das institucionais e sociais nos permite falar de um pensamento neo-clássico; e é também assim que identificamos as correntes socialistas e marxistas, nomeadamente pela sua recusa em separar o económico do político e dos restantes aspectos em que a actividade material do homem se contextualiza e desenrola.

Esta prática, corrente nos manuais de história das ideias económicas, tem alguns efeitos paradoxais. Por um lado, ajuda-nos naturalmente a simplificar a imensa

multiplicidade de pensadores económicos, reconduzindo-os a um número reduzido de autores exemplares. Mas, por outro lado, esta prática dificulta-nos a apreciação e afasta-nos do estudo dos autores que não se enquadram facilmente nas tipologias a que nos habituámos. Naturalmente, este efeito negativo encontra-se bastante mais esbatido na literatura mais especializada, onde acabam por encontrar lugar os estudos relativos a autores menores – isto é, os autores menos originais, ou então aqueles cuja influência se verificou num espaço cultural mais limitado ou durante um período de tempo mais curto.

O que acima foi dito é particularmente relevante para explicar algumas das dificuldades inerentes ao estudo do pensamento económico português.

Desde logo, não possuímos um único autor que possa ser classificado como exemplar no sentido antes indicado. Depois, por regra, também não tivemos um ambiente cultural e académico susceptível de fomentar a diversidade de perspectivas e de estimular um debate vivo e público sobre as ideias económicas.

Quer isto dizer que não tivemos economistas? Ou, alternativamente, quer isto dizer que apesar de os termos tido, a sua relevância é muito reduzida devido ao facto de que todos eles se limitaram a interpretar e a divulgar, melhor ou pior, um determinado conjunto de ideias que foram buscar a autores estrangeiros?

O trabalho que tem sido desenvolvido nas últimas décadas, nomeadamente na sequência do trabalho sistémico e pioneiro desenvolvido por Armando Castro (1978, 1979, 1980), tem permitido dar uma resposta devidamente fundamentada às questões acima colocadas, não apenas identificando e caracterizando as ideias económicas dos economistas portugueses, mas também procurando proceder à sua inserção num contexto doutrinal de referência. Este trabalho, apesar de já nos fornecer um panorama bastante satisfatório no que respeita aos principais economistas portugueses, está ainda bastante longe de poder ser dado por terminado. Compreensivelmente, a maior parte das análises que foram feitas centraram-se nos autores e nas obras relativamente às quais era comparativamente mais fácil estabelecer analogias com o que se conhecia dos padrões internacionais. Surgiram assim os *nossos* representantes do mercantilismo, da fisiocracia, e do pensamento clássico.

No entanto, à medida em que se avançava para a segunda metade do século XIX, começou a ficar cada vez mais notória a ausência de representantes nacionais do que genericamente se designa por pensamento económico neo-clássico. A existência desse desvio – ou então a existência de uma adesão tardia e pouco consistente dos autores portugueses – em relação ao padrão de evolução das ideias económicas que é descrito nos manuais de história do pensamento económico, contribuiu certamente para que se mantivesse uma ambiguidade relativamente maior no tocante à caracterização do pensamento económico português das primeiras

décadas do século vinte, onde acaba por vir a sobressair fundamentalmente o corporativismo.

Ora esta ambiguidade, apesar de afectar genericamente todos os economistas portugueses deste período, é muito mais marcante no que concerne aos que desenvolveram a sua intervenção fora dos muros da academia, seja como publicistas, seja ainda como docentes de níveis mais elementares de ensino. É indiscutível que hoje conhecemos melhor o pensamento económico de Marnoco e Sousa ou de Anselmo de Andrade, do que o de Bento Carqueja, o de Luís de Almeida e Albuquerque, ou o de Basílio Teles - isto para referir apenas nomes que não são de todo em todo desconhecidos na actualidade.

2. Tal como alguns outros vultos da cultura económica portuguesa, Basílio Teles pode ser considerado em larga medida como um autodidacta. Do seu trajecto escolar, ficaram-lhe as amizades e alguns conhecimentos de medicina, física e química que mais tarde viriam a revelar-se úteis para a sua reflexão económica e para a carreira que desenvolveu no campo do ensino (Literatura, Filosofia e Ciências Naturais) e no do jornalismo. E, tal como se verifica com vários outros intelectuais do seu tempo, o seu percurso é claramente marcado por preocupações cívicas que o levam à intervenção política e partidária. Considerado por alguns como o principal teórico do partido republicano, a recusa das suas propostas pelos seus correligionários levou-o no entanto a afastar-se da vida pública partidária, encetando um percurso que o levaria a acabar os seus dias amargurado, isolado e misógino, nutrido uma visão cada vez mais pessimista sobre o povo português e o seu futuro.

A existência de aspectos muito extremados na sua biografia, e a importância que na mesma possui a sua acção em prol da república constituíram possivelmente um obstáculo a que tivesse sido dada a merecida atenção à forma como procurou fundamentar as suas propostas de reforma económica, social, e cultural. Por isso, e nomeadamente do ponto de vista da sua reflexão económica, julgo que há que reconhecer que ainda sabemos pouco sobre a mesma, ou pelo menos que dela mantemos uma perspectiva razoavelmente enviesada. Para tal, muito contribuiu o destaque, mais fácil e mais evidentemente político, que foi dado ao seu pensamento de fundo agrário, onde se mistura uma crítica do *espírito mercantil* e do seu carácter desnacionalizador ao longo da história, com uma apologia das virtudes cívicas, económicas e sociais que Basílio Teles associa à disseminação da pequena e média propriedade rural. Fica assim subalternizado o facto de que, mais do que ter sido um publicista escrevendo ao ritmo e sob a influência dos acontecimentos quotidianos, Basílio Teles foi um pensador metódico e persistente, impelido pela vontade de melhorar o seu país, mas também pela ambição de dar um contributo no sentido de pensar melhor alguns dos conceitos fundamentais da ciência económica. É a

esta parte da sua mensagem, decididamente mais complexa e exigente, a que aqui vamos dar o destaque possível.

3. Sensível, como tantos outros dos intelectuais seus contemporâneos, à situação vivida por Portugal nos finais do século XIX, o conjunto dos escritos económicos de Basílio Teles representam um verdadeiro escrutínio às raízes profundas de tal condição. Na sequência dos traumáticos acontecimentos de 1891, este autor decide abrir um “programa de contribuição cívica” dando início a um considerável esforço de *diagnose* económica e histórica – seja evocando e passando “rigorosamente à feira noções indigestas e heteróclitas de ciência económica” (1901 a, 62), seja empenhando-se em buscar as razões profundas dessa crise no próprio percurso secular da nação.

Como resultado directo desta última diligência, podemos assistir à construção de uma das imagens fortes e mais conhecidas da sua obra – a de um Portugal medievo, em que o sul “moçarabe, burguês, mercantil, cosmopolita e alucinado, reduz à subalternidade – para séculos! – o Portugal do Norte, ariano, guerreiro, agricultor, nacionalista, ponderado e de tradições solidárias” (1901 a, 29). Teria sido então a acção desta burguesia, sem tradições suficientes de governo (1901 a, 16), imbuída de um “espírito de cosmopolitismo aventureiro” e de “um mercantilismo precoce, anti-natural e funesto” quem arrastou o país em 1383 para uma aventura cosmopolita e mercantil extemporânea.

Tivesse havido condições para retardar e moderar os propósitos dessa burguesia aventureira por mais um século, e de acordo com Basílio Teles teríamos reunido as condições necessárias para que pudéssemos ter protagonizado uma “grande empresa civilizadora, conduzida por um povo rural e marítimo, belamente equilibrado, robusto e intrépido” (1901 a, 56). Ora como isso efectivamente não aconteceu, concluía, o resultado foi “um caso de megalomania colectiva, com períodos alternados de exacerbação e de remissão, e com poucos e curtos intervalos de lucidez”. (1901 a, 15)

Esta apreciação, iniciada no *Problema Agrícola* (1899) e posteriormente retocada em sucessivas obras (1901 a, 1901 b, 1903), ao apontar para as terríveis consequências decorrentes de um espírito mercantilista claramente extemporâneo e profundamente desnacionalizador. Por esta banda, Basílio Teles integra-se no rol dos que defenderam o que António Sérgio viria mais tarde a designar por política de fixação.

Paralelamente, esta sua obra contribui para alimentar e estabelecer a imagem de um país dual, em que a estrutura agrária se encontrava dividida entre um norte marcado pela pequena propriedade e um sul esmagado pelo peso do latifúndio, controlado pelos “grandes senhores territoriais, pródigos e absentistas, ávidos de

vida aparatosa e dissipadora" (1903, 266). O caminho encetado por este autor, leva então a tecer gradualmente uma perspectiva apologética de um mundo rural que deveria ser pautado pela difusão da propriedade e pela consolidação da pequena exploração agrícola familiar. Nesse mundo desejável, "a evolução da propriedade latifundiária para propriedade reduzida, além de promover a formação duma forte burguesia campesina, económica e politicamente preciosa, viria ainda a restringir a proporção relativa, e talvez mesmo absoluta, das duas principais classes salarizadas - jornaleiros e rendeiros" (1903, 267-8). A partir de então, uma vez garantida a extensão do modelo vigente no norte à globalidade do país, Portugal passaria a possuir uma estrutura agrária sólida e mais eficiente, que seria capaz de servir de recurso para as deficiências do mercado e de antídoto contra o "tumor capitalista e a úlcera do salariado".

Foram estas as teses que levaram a que a sua obra económica viesse a ser integrada no surto agrarista que se verificou entre nós nos finais do século XIX nas primeiras décadas do século XX, passando a ser considerada como uma das fontes da argumentação utilizada pelos partidários da necessidade inadiável de se efectuar uma reforma agrária em Portugal que acabasse de vez com os latifúndios existentes na metade sul do país, .

4. Para além destes aspectos razoavelmente conhecidos, há então o outro lado da obra económica de Basílio Teles que, precisamente por ser bastante menos mencionado, importa ter em atenção aqui.

Nos *Estudos Históricos e Económicos* (1901 a), Basílio Teles regista dois aspectos que aparentemente o motivam no sentido de continuar o seu esforço de esclarecimento público e patriótico: por um lado, a existência de uma série de reacções negativas às teses históricas contidas no *Problema Agrícola*, que teriam provocado "a surpresa de alguns leitores do nosso livro" (1901 a: 5), levando a que este fosse "sumariamente rejeitado por temerário, e talvez destituído de base" (Ib.); por outro, a dificuldade do público em compreender o seu conceito de moeda, pelo menos nos termos em que este havia sido "estampado no periódico republicano desta cidade *A Voz Pública*" (Id.: 107).

A rejeição e a polémica são por ele vistas e explicadas por recurso a uma mesma causa principal - a saber, pelo carácter resumido e sumário das suas primeiras análises.

De acordo com Basílio Teles, era expectável a reacção a "um esboço de interpretação de história nacional, (...) em meia dúzia de traços incompletos, quase rudimentares" (Id.: 5), tal como não era surpreendente a "extrema dificuldade que um leitor de jornais, embora ilustrado e atento, encontra, mais ou menos, em seguir um assunto distribuído por artigos sucessivos" (Id.: 108). Ora sendo o

problema fundamental o excesso de concisão, nada melhor do que retomar os temas abordados e dar-lhes um tratamento mais aprofundado e integrado. Surgem assim dois livros, os já acima referidos *Estudos* e a *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional* (1901 b), onde Basílio Teles procura expor detalhadamente as bases conceptuais do seu pensamento económico .

De facto, diz-nos, subjacente à sua análise da sociedade portuguesa e às propostas de actuação que vai avançando, encontra-se um “cuidado em dispor apoio teórico, dando-lhes explicação racional, a projectos essencialmente práticos, mas que tinham o defeito de estar em conflito declarado com certos preconceitos doutrinários, tidos inconsideradamente pela generalidade das pessoas ilustradas como verdades comparáveis às que se contêm num axioma de geometria ou num teorema de mecânica” (1901 b, 227).

Quer isto então dizer que Basílio Teles se sente na obrigação de rever e criticar o conhecimento económico vigente – aquilo que vai designando indistintamente por economia das escolas, economia oficial, economia do passado ou ainda economia metafísica – por forma a estabelecer “ideias definidas – o que não quer dizer definitivas” (1901 b, 229) sobre um conjunto de questões básicas: primeiro sobre o valor, a moeda e o capital; depois sobre a terra e toda a espécie de máquinas; finalmente sobre o que considera serem os dois grandes regimes retributivos – o autónomo (produção para autoconsumo) e o social (produção para troca). Ao longo deste exame, que abrange as ideias expressas pelo conjunto dos economistas clássicos e revolucionários, incluindo Marx, avultam alguns aspectos interessantes.

Primeiro, a vontade de expurgar a economia política de todo um conjunto de erros e ambiguidades conceptuais, instilando um pouco de humanidade e de bom senso naquilo que considera como uma “ciência imperfeitíssima que nasceu em França mas que por fatalidade cresceu e amadureceu em Inglaterra” (1901 a, 157). Depois, a vontade de dar o seu próprio contributo para o estabelecimento de uma economia científica – “a Económica, segundo principiam a chamar-lhe” – devidamente adequada à civilização moderna, capaz de fazer uma escrupulosa diagnose económica das “condições de vida económica e social das diversas classes de produtores, e que com o mesmo cuidado e isenção tome conhecimento do modo como funciona o órgão supremo da vida colectiva das nações – o Estado” (1901 a, 187).

Subjacente a este ambicioso programa, e em larga medida autorizando-o, está uma perspectiva sobre a ciência e o seu progresso, perfeitamente traduzida na sua afirmação de que “fica já longe para trás a fase espontânea das sociedades humanas; a civilização moderna é, e cada vez mais será, a obra exclusiva da ciência” (1901 a, 185). Assim sendo, compreende-se que considere que os meandros da vida económica moderna ultrapassam o poder de compreensão espontâneo

dos próprios agentes económicos, requerendo em consequência a presença e o desenvolvimento de uma ciência – a Económica – que se transforma no “único poder superior, omnipresente, impessoal, incoercível e inelutável das sociedades modernas” (1901 a, 188), uma ciência que acaba assim por ser o único garante de que venha a existir “exactidão e a justiça” nos assuntos económicos.

É com este objectivo, “inspeccionando de alto a baixo todo o maquinismo económico, peça a peça, com isenção e severidade” (1901 b, 178) que Basílio Teles, “humilde discípulo de uma ciência a refazer integralmente” (1901 b, 105), desenvolve um esforço considerável de crítica quer dos erros de Adam Smith, quer dos da “chamada Economia Política, à J.B. Say e à Bastiat” (1899, 136), não se coibindo de apontar ainda a responsabilidade de Karl Marx – um “pensador de tão excepcionais qualidades” (1901 b, 12) – em reforçar e propagar alguns desses erros no seio das massas trabalhadoras.

5. Se é certo que Armando Castro (1980, 125-6) classifica depreciativamente o esforço desenvolvido por Basílio Teles, descrevendo-o como um “economista especulativo-doutrinal”, cuja “estrutura interna do pensamento económico não tem, como tal, qualquer relevância especial”, não é menos verdade que também reconhece que o trabalho desenvolvido por Basílio Teles se pauta – e possui uma coerência interna – devido à presença de uma marcada “raiz idealista-antropológica”. Este é precisamente um aspecto para o qual importa chamar a atenção, precisamente porque pode permitir não apenas uma melhor compreensão do registo em que Basílio Teles procede à crítica da Economia Política, mas também porque este aspecto abre um caminho para que se possam vir a estabelecer algumas pontes entre o pensamento do *filósofo* e as propostas e defendidas pelo *economista*.

De facto, quem hoje ler as incursões de Basílio Teles no terreno dos conceitos económicos no contexto de uma visão estritamente disciplinar da ciência económica não pode deixar de reagir com perplexidade e alguma estranheza aos termos em que a sua reflexão crítica decorre. Dada a própria centralidade de alguns dos conceitos por ele longamente abordados – a moeda, o valor – o seu questionamento acaba por ser muito mais surpreendente. Se Basílio Teles se tivesse limitado a pôr em causa as questões doutrinárias, tradicionalmente mais susceptíveis de polémica, como os efeitos do uso das máquinas, os males do regime de distribuição dos rendimentos, ou até as deficiências sociais do próprio sistema capitalista, a sua reflexão seria *normal*. Assim, o seu comportamento é inesperado, mesmo porque configura uma atitude analítica que é rara entre os pensadores portugueses.

Ora se em vez de utilizar um registo estritamente económico, tivermos o cuidado de utilizar um registo mais amplo, composto não apenas pelos elementos de formação científica adquiridos por Basílio Teles ao longo do seu percurso escolar,

mas também por uma componente de reflexão filosófica que integra os vários conhecimentos científicos especializados, o quadro de reflexão deste autor fica muito mais claro e coerente. Dito de uma forma mais simples e directa, onde antes se podia ver uma quase absurda tentativa de originalidade, pode passar-se a ver agora um esforço no sentido de pensar os conceitos económicos à luz de uma visão mais abrangente e melhor articulada do homem e da ciência, em que esta última estaria necessariamente ao serviço do desenvolvimento do primeiro.

Conforme diz explicitamente o próprio Basílio Teles, “o conceito que denominamos antropocêntrico é, literalmente, verdadeiro em ciência social” (1901 a, 113). Tendo isto presente, aceitando portanto que para Basílio Teles o Homem “continua a ser, de facto, o centro e a medida de todas as coisas”, passa a ser mais fácil perceber por exemplo que o valor e a sua medida não possam nem devam ser desligados da realidade básica da vida humana – isto é, da necessidade da sua constante recriação através do desenvolvimento de uma actividade económica destinada a repor as energias gastas pelo simples facto do homem ser um ser vivo.

Daí que noções *simplificadas* como as de custo de produção, equilíbrio, rendimento, moeda e valor tivessem que ser corrigidas por forma a darem conta dessa outra realidade essencial: na apreciação de toda a actividade humana há que encontrar os indicadores adequados a efectuar um balanço o mais rigoroso possível entre o *gasto* e o *ganho* de vida que essa actividade implica.

Assim, o problema económico da determinação do valor das coisas passaria a ser literalmente equacionado através da fórmula “C. abs. = T x D med. integr., que em linguagem vulgar traduziríamos : *custo absoluto* duma certa mercadoria, em determinada porção, é igual ao produto do *tempo* pela *despesa média* da vida do produtor, na sua integralidade” (1901 a, 139, itálicos no original, sublinhados meus).

Quer isto dizer, precisa Basílio Teles, que “a Vida é justamente a grandeza que recebe em Economia política o nome particular de Valor, o qual poderíamos, por isso, definir – vida humana exteriorizada e incluída num produto ou num serviço” (Id., 136). E quer isto também dizer que para este autor “toda a diagnose económica supõe a comparação entre si dos dois termos, *valor de rendimento* e *valor de custo*; carece de precisar a relação entre um numerador – *vida ganha*, e um denominador – *vida gasta*; ou – que toda a questão económica, quaisquer que sejam a época e o país de que se trate, consiste afinal em averiguar se, para um dado povo, classe ou indivíduo, a Vida representada na riqueza de retorno é superior, inferior ou igual à Vida consumida na riqueza elaborada” (Id., 135-6, itálicos no original).

O problema do declínio português, que anteriormente havia sido identificado por Basílio Teles através de uma análise histórica, aparece agora expresso em ter-

mos de uma análise teórica de um processo de “retrogradação social” decorrente de um *balanço de vida* que não cobria integralmente os custos incorridos. Tal situação, poderia ser facilmente confirmada através da presença de todo um imenso conjunto de manifestações concretas: “debilidade e fraqueza do indivíduo, miséria física e frequentemente moral na família, definhamento orgânico com mortalidade elevada nas crianças, privação quase absoluta de leitura tonificante e instrutiva, divórcio da vida cívica, moralizadora e salutar, alheamento profundo das grandes ideias e dos grandes sentimentos que nas altas civilizações constituem o encanto e o interesse dos corações e das cabeças, o lado luminoso e superior do homem de hoje” (Id., 134-5).

6. As duas vias de análise expressamente prosseguidas por Basílio Teles – a da história e a da teoria económica – acabavam assim por se apoiarem mutuamente no sentido de elucidar as causas dos problemas nacionais.

Do lado da história, identificava-se a existência de um desvio aventureiro, cosmopolita e mercantil iniciado em 1383, um desvio feito à custa não apenas de um consumo de energia extraordinário, mas também de uma subalternização inaceitável das formas nacionais de trabalho económico – a lavoura e a indústria – em prol do desenvolvimento da especulação comercial.

Do lado da Economia política, tal como Basílio Teles a reformulara, explicava-se teoricamente “o mecanismo pelo qual a vida humana se converte em valor, e por seu turno o valor se converte em vida humana” (1901 b, 96), isto é, dava-se conta do “ciclo completo do mecanismo económico [que uma vez] reduzido aos seus elementos essenciais, consta de duas fases sucessivas, e forçosamente solidárias: conversão de vida humana em produto (Produção); conversão inversa, do produto em vida humana (Retribuição)”. (Id., 73-4). Era naturalmente à luz desta perspectiva, em que o conceito de valor apreciava as mercadorias precisamente pela sua “capacidade de reparar vida humana consumida” (Id., 64), que Basílio Teles sustentava de um ponto de vista teórico quer o necessário “predomínio da agricultura em todo o maquinismo económico” (Id., 183), quer a sua crítica aos desvarios mercantis portugueses iniciados nos finais do século XIV.

Ora conforme o próprio Basílio Teles fez questão de explicar aos seus leitores, esta articulação não era de forma alguma accidental, mas antes um resultado ou uma expressão de convicções filosóficas conscientes sobre “o conceito moderno de unidade e indestrutível solidariedade de quanto existe e constitui para nós a universal Realidade, e [a] necessidade correspondente de integrar as nossas ideias sobre as sociedades, a civilização e a História no sistema das nossas concepções relativas ao mundo exterior” (Id., 106). Seguro das suas convicções filosóficas, e

igualmente seguro da unidade lógica e racional do seu pensamento, Basílio Teles não duvidava da coerência interna à sua obra científica.

Naturalmente que sempre se lhe poderiam apontar eventuais defeitos de *contextura* ou alguns ocasionais *descuidos* ou incorrecções de *linguagem*; mas, segundo acreditava, ninguém lhe poderia censurar a ausência de “uma visão límpida do que pensamos ser elementar, primitivo, permanente, imutável na fisiologia dos agregados sociais humanos” (Id., 229-30). E para ele, isso era o fundamental.

Obras do autor:

1899. *O Problema Agrícola (Crédito e Imposto)*. Porto: Livraria Chardron.

1901 a. *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Livraria Chardron.

1901 b. *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional*. Porto: Livraria Chardron.

1903. *Carestia da Vida nos Campos. Cartas a um Lavrador*. Porto: Livraria Chardron.

Referências

Castro, Armando, 1979. As doutrinas económicas em Portugal na expansão e na decadência – séculos XVI a XVIII. Lisboa: Biblioteca Breve, Ministério da Cultura e da Ciência.

Castro, Armando, 1978. As ideias económicas no Portugal Medieval (séculos XIII a XV). Lisboa: Biblioteca Breve, Ministério da Cultura e da Ciência.

Castro, Armando, 1980. O pensamento económico no Portugal Moderno (de fins do século XVIII a começos do século XX). Lisboa: Biblioteca Breve, Ministério da Cultura e da Ciência.

